

Globalização, neoliberalismo e políticas públicas educacionais no Brasil¹

Globalization, neoliberalism and public policy in Brazil

Marcos José Valle^(a)

(a) Prof. Me. das Faculdades Integradas do Brasil - UNIBRASIL

RESUMO

O presente artigo é a apresentação de um capítulo contemplado na dissertação de mestrado do Programa de Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, que se propôs a analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e análise de dados oficiais, o Programa Universidade Para Todos - PROUNI, enquanto política pública de acesso ao ensino superior sob discurso de democratização de seu acesso. Para isso, fez-se necessário compreender o direcionamento dado às políticas educacionais no país, com base na influência, oriunda dos efeitos da globalização, das recomendações de órgãos externos como o Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. O estudo é relevante à medida que desperta atenção para a condução das políticas públicas e através da influência de interesses particulares externos e internos, resultando em alterações que em longo prazo podem tornar-se fontes de novos problemas devido à forma de subsídio, implicando diretamente na arrecadação de recursos do governo, principalmente quanto à ampliação da oferta pública e da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Globalização. Neoliberalismo. Banco Mundial. OMC. Acesso. Ensino Superior.

MARCO TEÓRICO

Identificar as tendências do mundo globalizado e de como a influência do pensamento neoliberal conduz as discussões e interfere na formação das políticas públicas, principalmente no que se refere à educação, sendo esta, objeto de interpretação dentro do contexto internacional como um serviço e

¹ Agradeço ao Professor Doutor Pedro Leão da Costa Neto pela orientação para a Dissertação do Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

não necessariamente um direto, é o que se propõe este artigo. Num período não muito distante, SÔNIA DRAIBE (1993, p. 86) conseguiu identificar tendências no Brasil que se confirmaram após quase uma década. Suas interpretações demonstraram-se comprováveis e em conformidade com as recomendações do Banco Mundial e na efetivação de Políticas Públicas no Brasil. Ao trabalhar as relações das políticas públicas e o neoliberalismo dentro do contexto de globalização, identificou três ordens de razões, pelo menos, quanto às políticas sociais e suas dificuldades de identificação: I) Quanto à ordem teórica - o neoliberalismo não possui um corpo teórico próprio consolidando uma escola ou linha de pensamento, trata-se de uma ideologia dominante com proposições práticas em processo de reinvenção do liberalismo, dotado de formulações conservadoras. II) As proposições modificam-se com o passar do tempo “principalmente no que diz respeito às responsabilidades públicas e estatais em questões como educação”(DRAIBE, 1993, p. 88) dentre o combate à pobreza e outras. III) Predominância ideológica, das correntes de pensamento dominantes na economia e detentores dos principais meios de produção, que confirmam tendências profundas de modificação na sociedade, ligadas às correntes políticas de direita e reconhecidas internacionalmente pelas de esquerda que reivindicam transformações sociais e políticas. Segundo estudo realizado por DRAIBE,

Não há um corpo teórico neoliberal específico, capaz de distingui-lo de outras correntes do pensamento político. As “teorizações” que manejam os assim ditos neoliberais são geralmente emprestadas do pensamento liberal ou de conservadores e quase que se reduzem à afirmação genérica da liberdade e da primazia do Mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo. E, derivadamente, do Estado mínimo, entendido como aquele que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos. (1993, p.88)

O que constitui um discurso e conjunto de regras práticas de ação destinadas a governos e reformas do Estado, bem como de suas políticas no que se refere à integração dos países na constituição de um mercado forte, único e comum, sob a organização de linhas de pensamento. A afirmação

desse propósito se dá por meio de conceitos estabelecidos que se dizem não ser bom gastar quando se refere ao Estado. É preciso ter prioridades, e programas não devem ser exigências. Enfatiza que as parcerias com a iniciativa privada e organismos externos devem ser fortes ao invés dos governos. Ainda quanto aos programas sociais, vista a agenda de reformas “parece-nos útil insistir no fato de que o neoliberalismo leu e lê, *a seu modo*, transformações profundas das sociedades contemporâneas, também apreendidas, *de outro modo*, por outras correntes e concepções.” (DRAIBE, 1993, p. 94).

A agenda neoliberal, segundo DRAIBE (1993), é constituída pelo conceito de renda mínima - ao que no presente estudo pode também ser interpretado como acesso mínimo ao ensino superior - e três propostas: descentralização, privatização e focalização, destinadas aos programas sociais. Essas características poderão ser evidenciadas e constatadas mais à frente quando da análise do PROUNI e sua integração com as recomendações do Banco Mundial e a influência da globalização.

O direcionamento do gasto social a públicos específicos caracteriza a focalização, justificada da seguinte forma: primeiro, “o Estado deve entrar apenas residualmente e *tão-somente* no campo da assistência social” e, posteriormente, ser direcionado aos setores mais pobres da população (DRAIBE, 1993). A privatização alivia a crise fiscal, evitando a “irracionalidade no uso de recursos induzida pela gratuidade de certos serviços públicos”, o que aumenta “progressividade do gasto público ao evitar que os setores de maior poder se apropriem de benefícios não proporcionais (maiores) à contribuição que realizam para financiá-los” (ISSUANI, 1990, P 7-8 citado por DRAIBE, 1993). Ainda, outra forma apontada por DRAIBE, privatização seria a proposta de “deslocamento da produção e/ou da distribuição de bens e serviços públicos para o setor privado não-lucrativo” integrados por “associações de filantropia e organização comunitárias”, correspondendo ao programa estudado as IES privadas sem fins lucrativos. As formas de privatização seriam:

i) A transferência (incluindo a venda) para a propriedade privada de estabelecimentos públicos; ii) a cessação de programas públicos e o desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas (“privatização implícita”);); reduções (em volume, capacidade e qualidade) de serviços publicamente produzidos, conduzindo a demanda para o setor privado (“privatização por atribuição”); iii) o financiamento público do consumo de serviços privados - através de contratação e terceirização, reembolso ou “indenização” dos consumidores, *tickets* e “vales” com pagamento direto aos provedores privados, etc.; iv) formas de desregulação ou desregulamentação que permitem a entrada de firmas privadas em setores antes monopolizados pelo governo (STARR, 1989 citado por DRAIBE, 1993, p. 98).

Ao tratar do globalismo e suas características no modelo capitalista de acumulação, IANNI (1999) trabalha duas correntes de pensamento político, as quais "permitem descortinar dimensões teóricas, ideológicas e utópicas essenciais das configurações e movimentos da sociedade global": o neoliberalismo e o neo-socialismo (1999, p. 216). Aponta que outras correntes podem ter relevância, mas que as duas indicadas apresentam maior valor para interpretações do presente momento e suas influências; diz ainda que "é no contexto do globalismo que o liberalismo se transfigura em *neoliberalismo*", vinculando as transformações do trabalho e da produção por meio de sua divisão transnacional e do desenvolvimento de diversos fatores como os meios de comunicação e formação de redes de informática entre outros e "institui e expande as bases sociais e as polarizações de interesse que se expressam no neoliberalismo" (IANNI, 1999, p.217)². As constatações de IANNI estão em conformidade com os apontamentos de DRAIBE.

O fim das economias nacionais e a integração dos mercados, que se intensifica com o passar dos tempos nos meios de comunicação e transportes, avivam a ideia de produção, cuja oferta se foca na busca incessante de melhores condições em preço e qualidade nos produtos que têm maiores

² Não será tratado na presente dissertação a questão do neo-socialismo.

vantagens comparativas³, algo que impacta e conflita com as políticas públicas voltadas para a educação, pois traz à tona uma interpretação deturpada de que a Educação estaria sendo vista como produto, ou mesmo ainda, que serviria apenas para atender demandas de mercado na formação de mão-de-obra e consumo, a fim de manter a ordem estabelecida, questão esta que, conforme apresentado anteriormente, permeia os estudos de MANCIBO sobre os encaminhamentos dados à educação superior. Essa interpretação deturpada da educação como produto, apontada por IANNI, está explicitamente indicada na forma de mero serviço para a OMC “perdendo sua dimensão de direito humano” (SILVA, GONZALES, BRUGIER, 2008, p. 95).

Ao abordar a questão dos países da América do Sul, MORAES (2001) faz aproximação dos dados referentes aos anos 70 e 80, que recebem de forma elegante o nome de Globalização, ao que resultava de um cenário de partida constituído por:

[...] Países submetidos a ditaduras que financiavam suas atividades (inclusive projetos econômicos faraônicos) mediante endividamento a juros flutuantes. Dois choques nos preços internacionais do petróleo, golpeando as contas externas. No final dos anos 70, como consequência de medidas do banco central norte-americano, a taxa de juros aplicada à dívida triplica-se e torna esses países absolutamente inadimplentes (2001, p. 64).

São fatores que contribuiriam para direcionar os padrões de conduta e definir imposições para negociação de contratos, contribuindo de forma significativa para que países da América do Sul tivessem que aceitar condições pré-definidas pelo Banco Mundial e FMI. MORAES (2001, 64) ressalta que:

[...] A renegociação da dívida é cada vez mais submetida a “programas de ajustes” com suas “condições”: mudanças estruturais dirigidas e vigiadas pelo Banco Mundial e pelo FMI. Some-se a isso um amplo processo internacional de

³ Concepção teórica sobre o comércio internacional desenvolvida por David Ricardo, em 1817. A principal consequência prática é que cada país deveria dedicar-se ou especializar-se onde os custos comparativos fossem menores. (Sandroni, 1999)

desregulamentação e liberalização dos fluxos comerciais e financeiros impulsionado e imposto a partir dos governos Thatcher⁴ e Reagan⁵.

Países como Inglaterra e EUA definiam, por meio desse mecanismo, as condições de mercado em que países atingidos pelas condições impostas pelo endividamento não poderiam se opor, dada sua condição de dependência ao funcionamento do mercado globalizado e “aos países subdesenvolvidos, caberia o destino da ‘integração competitiva’ na nova divisão internacional do trabalho. Esses elementos descrevem a primeira tendência, a lógica dos mercados e da eficiência” (MORAES, 2001, p. 64).

Dentro desse contexto de globalização, a forma de se pensar o mundo e atender aos novos padrões criados para comportamento e funcionamento da economia mundial, visto que há a reformulação do pensamento liberal que se transforma em neoliberalismo, com sua nova forma de estabelecer e interpretar as relações sociais dentro dos aspectos públicos e privados determinava que a participação do Estado nas atividades econômicas fosse exercida de forma mínima.

A redução do Estado torna-se necessária para não interferir na ampliação da iniciativa privada, ficando este responsável pela regulamentação. Ainda, conforme apontamentos de IANNI,

[...] são muitas e evidentes as interpretações, as propostas e as reivindicações que se sintetizam na ideologia neoliberal: reforma do estado, desestatização da economia, privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais, abertura de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização de processos decisórios, produtivos, de comercialização e outros, busca da qualidade total, intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional (1999, p.218).

⁴ Margaret Thatcher (13 de outubro de 1925). Ex-política britânica, primeira-ministra de seu país de 1979 a 1990.

⁵ Ronald Wilson Reagan (6 de Fevereiro, 1911 – 5 de Junho, 2004). 40º (1981-1989) Presidente dos Estados Unidos da América e o 33º governador da Califórnia.

Essas características apontadas, marcos e referências das disputas nas condutas diplomáticas e discussões para formulação de políticas públicas, são vistas como objetivos fundamentais na constituição das práticas empresariais, atendendo aos interesses de “corporações e conglomerados transnacionais como as práticas e ações de governos e organizações multilaterais” (IANNI, p. 218, 1999). Considera-se ainda que

Além disso, estão presentes na vida intelectual em geral, dentro e fora das universidades e outras instituições de ensino e pesquisa. E traduzem-se em uma vasta produção de livros, revistas, jornais, programas de rádio e televisão, tanto quanto se traduzem em ensaios e monografias. Aí mesclam ciência, ideologia e utopia. (IANNI, 1999, p.218).

Esses aspectos permeiam os meios pelos quais são formuladas as ideias e das quais derivam as interpretações nas formulações de políticas públicas, sempre com evidente interesse do mercado e de como esse deve operar de forma mais livre de intervenções do Estado.

Entretanto, os principais guardiães dos ideais e das práticas neoliberais em todas as partes do mundo têm sido o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Mundial de Comércio (OMC), sendo que esta organização multilateral é a herdeira do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Três guardiãs dos ideais e das práticas do neoliberalismo; ou a santíssima trindade guardiã do capital em geral, um ente ubíquo, como um deus (IANNI, 1999 p. 218).

Essas organizações são os atores na formação do quadro que define os encaminhamentos e entendimentos do mundo globalizado e também os protetores dos interesses do mercado internacional. Suas recomendações, com base em seus próprios estudos, têm caráter de normatização e transfiguram-se em imposições aos demais países, fazendo com que esses se

adaptem aos padrões impostos sob risco de não participarem de integração com o mercado mundial.

As observações e estudos realizados por NEVES, RAIZER e FACHINETTO (2007) sobre aspectos da globalização e aprofundamento nas políticas públicas votadas à educação, com atenção voltada à questão da ampliação do acesso ao ensino superior que vise formação de qualidade, no contexto da globalização, principalmente para os países em desenvolvimento, buscam nas relações existentes no contexto macrossocial sob as ingerências do mundo globalizado e da Sociedade do Conhecimento. Produto da transformação do capital e da ciência, articuladas as mudanças tecnológicas referentes à circulação da informação, no qual o uso intensivo e competitivo dos conhecimentos é o fator mais importante (CHAUÍ, 2003), uma forma elementar, a qual serve de base, para recomendações do Banco Mundial na orientação para expansão do ensino superior. Tal recomendação visa atender a uma padronização mínima para o atendimento de interesses de mercado e formação de mão-de-obra qualificada.

Ao explicar sobre as características da Sociedade do Conhecimento, CHAUÍ (2003) aponta como a informação e o conhecimento, por tornarem-se forças produtivas, passaram a compor, não mais apenas pelo conceito clássico do próprio capital,

[...] na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais, cuja existência se reduz à própria informação. (CHAUÍ, 2003, p. 8)

Essa força do capital financeiro determina: o direcionamento e encaminhamentos para definição da força produtiva, as políticas públicas são moldadas e adequadas às informações e não com base no conhecimento.

Globalização e Políticas Públicas

O diálogo empregado pelas nações em um mundo globalizado é profundamente marcado pelas políticas neoliberais que, supostamente, visariam ao fortalecimento de suas relações e, dessa forma, as linhas de pensamento seguem de acordo com os interesses em evidência dentro desse contexto de mercado internacional, os quais são permeados por políticas comuns. As discussões sobre a distinção entre público e privado, a definição de papéis e a funcionalidade no mundo sem fronteiras comerciais precisam de um entendimento comum, sob o qual as grandes organizações como Banco Mundial, FMI e OMC definem as regras para o desenvolvimento, e o liberalismo passa, no contexto da globalização, a ter nova forma: o neoliberalismo que, segundo MORAES, constitui “uma ideologia, uma forma de ver o mundo social, uma corrente de pensamento” (2001, p.27).

Essa corrente de pensamento, ou melhor dizendo, ideologia, é constituída por diretrizes cujo foco está voltado para o mercado, considerando os fatores como mão-de-obra, consumo e a menor intervenção do Estado nas relações contratuais como elementos a serem mantidos e decisivos para a manutenção do modelo capitalista.

A democracia é vista como o problema, contrariando a centralidade de que o mal residia no próprio capitalismo, conforme atribuição dada pelos marxistas. A representação dos interesses das massas ameaça a criatividade e a flexibilidade do mercado e, para isso, há a intenção de pôr fim à democracia ilimitada e evitar a “ditadura das maiorias” - Expressão anunciada pelos liberais do século XIX (MORAES, 2001); reduzir o universo político no que tange às intervenções do Estado visando à sua diminuição e também pela redução do número de “funcionários estatais submetidos às pressões das massas”, mantendo somente os que controlam “botões decisivos da política pública” (MORAES, 2001 p. 63) como finanças e justiça. E que estes sejam mais sensíveis à razão e menos vulneráveis à pressão do eleitorado. O mercado, por sua vez, faz a sua parte, permitindo que a criatividade dos mais eficientes possa modelar a sociedade.

Duas tendências marcam o desenvolvimento das políticas públicas. A primeira, com base nos apontamentos acima sobre os acontecimentos da

década de 70 e 80, define-se pela lógica dos mercados e eficiência, e a segunda, sob a influência do declínio das ditaduras existentes no continente, incapazes de gerenciar a transição. Nesse contexto, a partir de 1980, surgem pressões para ampliar a participação popular, gerando expectativa de controle público, buscando desprivatizar o Estado e a cobrança da “dívida social” - cidadania abafada pela repressão (MORAES, 2001).

O traço principal para a implantação de políticas públicas em países em readequação do modelo democrático é o de focalização dos benefícios que devem ser bem precisos e delimitados. Para elites conservadoras, que geralmente conduzem as reformas, essa ação se reverte em várias vantagens e benefícios, tem menor custo, a camada da população é atendida de forma satisfatória e há a racionalização da política de clientelismo.

[...] Benefícios dirigidos e particularizados não correm o risco político de serem confundidos com medidas que criam *direitos* universais ou bens públicos, sempre submetidos, estes últimos, a demandas de extensão e generalização. Permitem também a distribuição mais discricionária dos recursos. Além de seletivos (e por causa disso), têm mais chance de impor condições à concessão, dando forma mais clara às manifestações de gratidão dos beneficiados. (MORAES 2001 p.66).

O apontamento de MORAES (2001) tem como intenção indicar a procura por evitar o entendimento de que a política, dentro do espaço democrático, fere o direito dos demais cidadãos e que isso é algo visto e perseguido por órgãos externos. Esses por sua vez não deixam de justificar suas recomendações também como forma de benefício para todos os segmentos da sociedade. Não deve ocorrer a expansão ou questionamento quanto à legitimidade das ações. MORAES (2001) evidencia o mecanismo utilizado pelo modelo neoliberal quando mostra que tais ações, para atender interesses globalizados, originam-se nas discussões entre o espaço público e a prestação de serviços, esses surgindo como políticas focalizadas que visam a descentralizar e então privatizar. O processo de privatização necessariamente

não se dá, única e exclusivamente, pela venda do bem público - por exemplo: venda de estatais. O repasse do serviço por meio da ampliação da participação da iniciativa privada compromete o funcionamento de um serviço público ofertado pelo Estado. Aqui demonstra-se que uma ampliação das vantagens para oferta privada de vagas no ensino superior pode representar uma diminuição de investimento na oferta pública. O serviço público, nesse caso, começa a não ter a mesma atenção como foco político, e tende à redução de sua participação, sem que haja declínio na sua oferta. Ocorre que, em termos comparativos, tende a ser menor.

Ainda considerando o novo perfil da organização produtiva, segundo BONETI, durante as últimas décadas determinou-se

[...] o aparecimento de uma relação competitiva e seletiva dos sujeitos sociais em torno dos espaços sociais; levando em conta ainda o novo perfil da organização política (do Estado), afinado com as exigências da organização produtiva, não mais garantindo o pleno emprego e deixando a cargo da individualidade a preparação para o enfrentamento da competitividade, entende-se que as políticas públicas de inovação tecnológica e/ou distribuição do saber socialmente construído são as de maior impacto social devido à complexidade que lhes são inerentes, beneficiando alguns segmentos sociais em detrimento de outros. (2006 p.79).

Essa competitividade nesse modelo seletivo inserido na forma da organização política, voltado para a produção e atendimento do mercado, determina a continuidade dos segmentos e a prevalência de certos conhecimentos em detrimento de outros. Segundo CHAÚÍ (2003), prevalece a informação ao conhecimento, visto que este será mantido somente se as tendências de mercado e interesses de grupos forem condizentes.

Percebe-se que a construção de políticas públicas está mais sujeitas às intenções de órgãos externos em função de demandas por mão-de-obra e formação de mercado consumidor, do que propriamente atendimento de necessidades oriundas de uma realidade localizada ou ainda mais próxima da realidade das camadas da população a que se destina. E no presente

momento, a organização política e econômica considera que “as políticas públicas se constituem o resultado de uma correlação de forças sócias, conjugando interesses específicos e/ou de classes, em que os interesses das classes política e/ou economicamente dominante têm prevalência, mas não unanimidade” (BONETI, 2006, p. 91).

As ações políticas em um mundo globalizado não parecem ser desordenadas ou mesmo ao acaso, como pode ser visto no discurso emitido pelo Banco Mundial e OMC. Porém não deve ser desconsiderada “a capacidade do setor público de elaborar políticas públicas de educação é, portanto, inseparável da liberdade de que cada país tem de elaborar um projeto de desenvolvimento humano, social e econômico, ou seja, da soberania nacional” (SILVA, GONZALEZ, BRUGIER, 2008, p. 97).

Espera-se que prevaleçam os interesses particulares dos países, voltados para suas realidades específicas e não somente aderindo a recomendações de forma impensada, não visando à melhoria de sua condição.

As Recomendações Do Banco Mundial / Organização Mundial Do Comércio.

A visão da educação como serviço transforma a condição do aluno cidadão em cliente, enfatiza-se também o investimento em *marketing* escolar e dá prioridade ao caráter empresarial em detrimento do acadêmico, esses considerados como fatores decisivos no estabelecimento de instituições privadas na concorrência entre elas, algo que SILVA, GONZALES e BRUGIER consideram ter impacto na “discussão sobre soberania nacional e autonomia dos Estados para definirem a política educacional mais adequada” (2008, p. 97).

Em 2000, o Banco Mundial elaborou um documento⁶ que tratava da Educação Superior nos países em desenvolvimento, os perigos e promessas. Resultado do *Grupo Especial sobre Educación y Sociedad*, o documento produzido pelo Banco Mundial e Unesco em 2000, resultante do trabalho de

⁶ La Educaciona Superior em Los Países em Desarrollo: Peligrs y Promesas. Grupo Especial sobre Educación Superior y Sociedad. Banco Mundial, 2000.

experts de treze países, com o objetivo de discutir a educação superior e seu futuro nos países em desenvolvimento (MICHELOTTO, COELHO e ZAINKO p. 180, 2006), destaca a importância do ensino superior, que é, e deve ser, uma preocupação de primeira ordem. O estudo aponta que, não mais tanto pelo investimento em maquinários, mas cada vez mais a economia mundial depende para seu fortalecimento da qualificação dos indivíduos em conhecimento, habilidade e talento.

Interessante observar nesse ponto que o Banco Mundial entende que o “maquinário” não é tão importante, mas que as pessoas são o capital que deve receber investimento e aqui ainda não são vistas como cidadãos ou agentes de transformação, mas, sim, elementos e fatores de adaptação ao modelo estabelecido.

As características apresentadas pelo Banco Mundial são consideradas pelo grupo de trabalho como decisivas para garantir um futuro com segurança econômica, social e política aos países em desenvolvimento - conforme apontamento na página 17 do relatório. Um questionamento formulado sobre esses países seria de que não estão preparados para competir na *economia del conocimiento*⁷, poder desenvolver as habilidades necessárias para o século XXI e assim integrar o mundo globalizado.

O documento apresenta os seguintes questionamentos: i) que função compete à educação superior na tarefa de respaldar e intensificar o processo de desenvolvimento econômico e social? ii) quais são os principais obstáculos que encontra a educação superior nos países em desenvolvimento? iii) qual é a melhor maneira de contornar essas dificuldades?

Os questionamentos feitos pelo Banco Mundial tomam como base a necessidade de integração dos países estudados ao mercado de trabalho internacional, observando os baixos índices de formação de profissionais, implicando em atraso para o desenvolvimento do mercado internacional. Sua proposta é de que sejam feitas parcerias para sanar as dificuldades de formação de mão-de-obra.

⁷ Tradução livre do espanhol - Economia do Conhecimento. Mantido como no original para reforçar a ideia de modelo de interpretação do Banco Mundial.

Soma-se essa condição a contradição da educação enquanto direito e visão da OMC que a põe como serviço e

[...] defende a idéia de que as necessidades básicas dos cidadãos seriam supridas de forma mais eficiente pelas instituições privadas, em razão dos mecanismos de mercado. O setor privado incentivaria a competição e diminuiria a burocracia e a inércia supostamente inerentes ao sistema público (SILVA, GONZALES, BRUGIER, 2008, p. 96).

Ainda, sobre os questionamentos do Banco Mundial, são as diretrizes que definem as recomendações com base nos estudos estatísticos obtidos dos países ao qual o trabalho é destinado. Daí deriva as recomendações para adequação dos interesses das linhas de pensamento dominantes em mundo globalizado.

O trabalho de pesquisa do Banco Mundial enfatiza a importância da qualidade do ensino a ser ofertada nos países em desenvolvimento e que esta deve ser priorizada. Contudo, para isso, é necessário observar alguns propósitos:

- Prover a um crescente número de estudantes, com destaque para as classes menos favorecidas, conhecimento e habilidades especializadas. Os especialistas são cada vez mais necessários em todos os setores da economia mundial;
- Atribuir à educação geral uma qualidade aos estudantes, o que facilita a flexibilização e a inovação, garantindo uma renovação permanente de estruturas econômicas e sociais muito pertinentes para um mundo em processo de mudança acelerada;
- Não ensinar somente o que é conhecido, mas também as formas de como esses novos profissionais formados pelo ensino superior podem atualizar-se, capacitando-os para readaptações de seus potenciais e conhecimentos na medida em que se produzem as mudanças na economia, e
- Aumentar a quantidade e qualidade das pesquisas dos países em desenvolvimento, permitindo assim que possam eleger, absorver e criar novos conhecimentos, de forma mais eficiente e rápida do que até o presente momento.

Embora haja a preocupação com a qualidade do ensino, percebe-se que a matriz das recomendações é focada nas necessidades do mercado globalizado e não aprofunda o conceito de qualidade, ficando mais para o âmbito da ampliação e adequação de mão-de-obra, para o modelo estabelecido e não para transformação e tendendo mais para a adaptação aos interesses das grandes corporações e ao atendimento das demandas já estabelecidas e suas possíveis crises.

O grupo de estudos do Banco Mundial aponta e reconhece que existem muitas dificuldades para alcançar esses objetivos, e que o financiamento público sofreria grande impacto. Aqui já é possível perceber o reconhecimento da insuficiência de recursos públicos para investimento na educação, não havendo como sugestão reformulação na forma de arrecadação/tributação para saneamento da situação. Importante observar que o grupo aponta ausência de recursos, porém essa ausência pode ser resultante das políticas de direcionamentos dados pelo governo, resultado de sua política de gestão. Por outro lado, a recomendação vem ao encontro dos interesses da iniciativa privada. Indicam que esse tipo de ação requer **criatividade e perseverança**. Uma nova versão daquilo que pode melhorar a oferta do ensino superior e, dessa forma, melhorar o planejamento e padrões de gestão por parte das governanças; valendo-se de das forças de todos os agentes - público e privado - de forma que ao final contribua para a comunidade internacional, visando a abastecer o mercado de trabalho com formação superior de maneira sólida e coordenada.

A sequência contida no parágrafo acima merece destaque: requer **criatividade e perseverança, melhorar o planejamento e padrões de gestão** no que tange aos governos e valer-se da **força de todos os agentes - público e privado**. Essa ordem parece identificar-se no Programa Universidade para Todos - PROUNI, exemplo claro quando vista sua prática de funcionamento enquanto política pública de acesso ao ensino superior,

[...] utilizando subsídios indiretos ao ensino superior privado, para financiar total ou parcialmente as mensalidades de estudantes de baixa renda em cursos superiores na rede

particular em troca da isenção de impostos e contribuições. Esse programa obedece ao modelo de parcerias público-privado, que constitui um modelo de gestão eficiente segundo o Banco Mundial (SILVA, GONZALEZ, BRUGIER, 2008, p. 108)

As premissas postas pelo Banco Mundial evidenciam a intenção de formação de mão-de-obra qualificada pelo ensino superior para atendimento das necessidades do mercado em um mundo globalizado. O discurso surpreende pela forma explícita de que as ações governamentais devem ser sanadas por políticas de cunho neoliberal nas quais as ações do governo se restringem ao nível de planejamento e controle, e essas devem ser viabilizadas em conjunto com a iniciativa privada. A qualidade do ensino, a qual se encontra em contradição com as necessidades de ampliação de formação como exposto anteriormente, proposta visa melhorar a capacidade de adaptação e a flexibilização das mudanças da economia, formando profissionais com alta capacidade de adaptação a condições adversas do mercado e de fácil readequação. Em primeiro lugar, vem a quantidade na produção do conhecimento, respaldada por um discurso de preocupação com a qualidade, sempre nos moldes de produção para o mundo globalizado e o atendimento de suas necessidades. Os países em desenvolvimento, em primeiro momento, parecem não contribuir de forma satisfatória para atendimento da economia global - o que motiva as preocupações do Banco Mundial. Assim, o Documento do Banco Mundial aparece como a recomendação de como devem ser feitos ajustes para correções pertinentes ao atendimento de economias de países já desenvolvidos, principalmente no que tange ao fornecimento de mão-de-obra prioritariamente técnica, com resultados de pesquisas focadas no mercado globalizado.

Há recomendações ainda de que as ações condigam com a realidade de cada país em processo de desenvolvimento, visando a resultados futuros com base em ações presentes sobre questões econômicas, sociais e políticas. Considera-se a necessidade de dar direcionamento estratégico às ações que visem a atender as premissas postas para o mundo globalizado e atendimento das economias mais desenvolvidas.

Enfatiza a participação de novos agentes e o combate às formas centralizadas de desenvolvimento na formulação de novas políticas, devendo-se, para isso, desenvolver as seguintes qualidades essenciais:

- Dar autonomia aos processos, cabendo aos governos ministrarem a supervisão, evitando a administração excessiva. Redução do Estado enquanto provedor e passando para regulador das atividades; reiterado o caráter da educação como serviço e não direito humano, conforme entendimento da OMC, cabendo à iniciativa privada, com base em ações práticas voltadas para o mercado com ênfases em técnicas empresariais em detrimento do acadêmico enquanto prioridade de oferta do ensino.

Não somente o Banco Mundial, mas também a OMC tem uma divisão para tratar de questões pertinentes à Educação

[...] A divisão aplica-se a todas as medidas relativas ao comércio de serviços, ou seja, todas as leis, regulamentações e práticas nacionais, regionais ou locais... estabelece e classifica a natureza das atividades comerciais, chamadas modos de fornecimento (SILVA, GONZALEZ, BRUGIER, 2008, p.91).

A Educação é vista como elemento provedor de condições de comércio e atendimento do mercado, influenciar as políticas de formação no ensino superior e da legislação pertinente é decisório para melhor funcionamento do mercado internacional.

- Estratificação explícita, permitindo às instituições pôr em jogo suas forças e satisfazer diferentes necessidades quando competirem para obter recursos monetários, docentes e estudantes. Sistema de concorrência de mercado.

- Cooperação e capacitação competitiva por meio de qualidade de capital humano e físico, da mesma forma que conhecimento e idéias possam incorporar de maneira proveitosa o sistema, criando o “fundo comum de aprendizagem” para investimento em recursos necessários aos estudantes.

- Abertura para que instituições de ensino superior desenvolvam vínculos para compartilhar conhecimento e participação de empresas,

aprofundando diálogos com a sociedade que leve aos governos um fortalecimento da democracia e um desenvolvimento das capacidades de adaptação. Nesse caso as pesquisas estariam focadas nos interesses de mercado, visto que as empresas ao investirem no conhecimento científico esperariam resultados correspondentes.

No texto original, ainda há afirmativa de que o mercado, por sua vez, não inventará um sistema que atenda essas necessidades, cabendo assim ação governamental de intervenção, investimento e incentivo para que as condições necessárias sejam criadas. Os mercados estão focados em lucro e, se dependesse somente deste, considerando que algumas funções e oportunidades educativas poderiam ser perdidas pela falta de investimento, como no caso de profissões que não têm aceitação de mercado, então não receberiam investimentos da iniciativa privada para sua manutenção. Enfatiza novamente que os governos devem desenvolver novas soluções para formação de profissionais pelo ensino superior.

Algumas sugestões são apresentadas para que as condições necessárias sejam criadas e possibilitem o desenvolvimento do que foi dito acima. São consideradas pelo Banco Mundial soluções práticas:

- Quanto ao financiamento: Modelo de financiamento misto para maximizar o investimento do setor privado, de instituições e indivíduos que tenham como objetivo ações filantrópicas, e para os estudantes requererem, por sua vez, mecanismos de financiamentos públicos mais sistemáticos e produtivos. Esses dois últimos conceitos trazem à tona premissas neoliberais de atuação, sistematizados como forma de controle produtivo pelo acompanhamento de seus resultados.
- Quanto aos recursos: Uso mais eficiente do capital físico e humano. Acesso às novas tecnologias, necessárias para os países em desenvolvimento para assim manter comunicação com as principais correntes intelectuais dominantes no mundo. Tal recomendação deixa claro que as ações não visam à emancipação e sim adequação ao modelo estabelecido e dominante.

- Bom exercício do poder: Governabilidade é compreendida como principal fonte de problemas para a formação no ensino superior nos países em desenvolvimento. Enfatiza a questão da gestão mais eficaz dos recursos disponíveis e limitados.

A gestão é tida pelo banco central como fator determinante na administração dos recursos e na formação de parcerias estratégicas para otimizar ações necessárias, potencializando resultado em menor tempo, também em conformidade com interesses do mercado internacional.

- Desenvolvimento dos currículos para ciência e tecnologia e educação geral, visando a uma melhor qualificação de profissionais técnicos que tenham boa capacidade de adaptação, flexibilização e aprendizado nas condições de modificação ao seu redor.

Segundo BONETI, o conhecimento científico é relacionado ao seu caráter de utilidade

[...] com o desenvolvimento econômico determina o aparecimento de outra característica do conhecimento científico, o da utilidade, ou seja, o de se considerar conhecimento científico aquele que é útil. Este pensamento também faz parte do processo histórico do desenvolvimento da ciência. (2006 p.27).

Essa utilidade do conhecimento se consolida no mercado e o interesse dos agentes privados apresenta-se de forma a apropriar-se e fazer uso do mesmo. O que no modelo neoliberal caberia ao estado regular e normatizar tal utilização, conforme recomendações do Banco Mundial.

Ao final da apresentação, o documento propõe que a educação não é mais um bem de luxo, mas algo essencial para o desenvolvimento da sociedade e da economia dos países.

O discurso do Banco Mundial, de forma geral, mostra-se muito preocupado com a qualidade do ensino, mas principalmente que essa qualidade acompanhe o aumento na oferta de ensino superior para formação de mão-de-obra para um mundo globalizado. Mostra preocupação com a integração de ações de avanço em pesquisas que sejam de interesse dos

mercados internacionais ligados às principais correntes intelectuais dominantes. Aos países que pretendem integrar o mercado internacional cabe a adequação a tais condições, e que eles correspondam às necessidades da globalização, ainda assim correndo o risco se tornarem indigentes mesmo atendendo às recomendações do mercado controlado pelos países desenvolvidos.

As Políticas Públicas Educacionais No Brasil De Acesso Ao Ensino Superior.

Ao tratar da constituição das políticas públicas de forma geral no Brasil, VIANA (2006) constata que a compreensão deve resultar de uma visão holística das relações sociais, e o papel do Estado, “como o agente deste processo e realizando sua ação no interior de suas contradições internas e pressões externas” (VIANA, 2006, p.101).

É muito importante entender o mecanismo de funcionamento de alguns programas estabelecidos, principalmente na questão do atendimento do modelo de pensamento neoliberal que trata dos problemas internos dos países com base em suas contradições, e na formulação de ações focalizadas, de tal forma que essas não inviabilizem o relacionamento com o mundo globalizado, no atendimento do mercado internacional de mão-de-obra e consumo.

Assim, ainda sobre apontamentos de VIANA (2006, p. 102), o fundamento das políticas públicas são os “interesses gerais do capital e as necessidades da acumulação capitalista”. Existe a preocupação de que, principalmente com a formação de políticas públicas de assistência social, seja para educação ou de outra ordem, vistas as suas origens e as intencionalidades, fica ainda que “a grande questão é o que gera tais políticas e como elas são determinadas e beneficiando a quem”, e aponta três razões para que existam: i) a necessidade das empresas capitalistas de terem garantida a reprodução da força de trabalho; ii) a pressão da classe trabalhadora e outros grupos sociais no sentido de ter suas demandas

atendidas pelas políticas estatais de assistência social; iii) a necessidade de amortecimento dos conflitos sociais para evitar uma crise de governabilidade ou então a transformação social.

Aqui, as políticas educacionais poderiam ter a interpretação de um papel de preparar, mobilizar e beneficiar mão-de-obra com base nas necessidades do capital e suas ações e, dentro das políticas públicas, atender à reposição da força de trabalho. Por outro lado, também há as pressões da classe de trabalhadores que podem promover transformações sociais por meio de radicalidade, na qual o Estado visa a concessões a fim de evitar crise de governabilidade.

As políticas públicas voltadas para a educação “estão imbricadas com os processos de reforma do Estado desencadeados a partir da intensificação do processo de globalização econômica no final do século XX” (HIDALGO, 2004, p. 101), surgindo o questionamento sobre as decorrências do aceite de princípios voltados para a gestão escolar, em que HIDALGO defende o “resgate da especificidade da atividade educativa para orientar a adoção de princípios organizados coerentes com esta” (2004 p. 102). HIDALGO, a partir de GENTILI, aponta que

[...] o modelo de gestão escolar implementado a partir das reformas educacionais dos anos 1990 tem sido caracterizado como modelo mercadológico de gestão (GENTILI, 1998). Tal modelo assume como característica central a implementação da lógica empresarial capitalista na gestão do sistema público de ensino, o que implica a aceitação de uma concepção de educação cujo princípio básico siga esta mesma lógica (HIDALGO, 2004 p. 102).

As ações nesse sentido mostram-se anódinas e nesse contexto surgem, por um lado, políticas direcionadas para demandas específicas (pobres, negros, etc.), tal como as bolsas (universitárias, escola, família), e política de cotas (para negros, indígenas) (VIANA, 2006, p. 113). Isso evidencia que o atendimento foca o problema localizado que atrapalha tanto a formação de mão-de-obra quanto os interesses que podem gerar crises administrativas para a gestão pública. Assim, “o Estado neoliberal realiza uma expansão de

políticas paliativas visando a conter os conflitos sociais e se legitimar” incorporando a isso “uma forte política repressiva” (VIANA, 2006), um atendimento prioritário das questões imediatas do mercado. Há o atendimento dos interesses dos empresários da educação pelo financiamento indireto, o ensino superior público fica em segundo plano enquanto ocorre expansão para o segmento privado, dentro da lógica neoliberal de otimizar custos para o Estado, valendo-se de iniciativa criativa, na busca pela expansão econômica, sob forma de parceria público-privada, a qual reverte em vantagem para o setor privado - prevalecendo os interesses da classe dominante.

A parceria público-privada é o caminho adotado para atender às recomendações do Banco Mundial e OMC, uma vez que corresponde aos interesses de Governo na integração do mercado internacional, corresponde às expectativas de participação da iniciativa privada e tem impacto direto para o cidadão que vivencia o repasse direto dos serviços, a exemplo disso o ProUni que permite o acesso ao ensino superior que não pode ser suprido pela oferta única e exclusivamente do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC - Ministério da Educação - Programa Universidade para todos - ProUni. Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/documentacao/Lei_11096_13012005.htm. Acesso em 20/10/2008.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Pública Sob Nova Perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, Set - Dez, nº 024. Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, Brasil, p 5-15. 2003. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27502402.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2008.

DRAIBE, Sônia M. **As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas.** Revista USP. Dossiê Liberalismo -Neoliberalismo. nº 17. São Paulo. Março/Maio. 1993. (p. 86 - 101)

HIDALGO, Angela Maria. **Globalitarismo, Estado mínimo e Gestão compartilhada.** In: LIMA, Antônio Bosco de. *Estado, Políticas Educacionais e Gestão compartilhada.* 1ª edição. São Paulo: Xamã Editora, 2004. P. 101 - 120.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo,** p. 216. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade: Políticas, avaliação e trabalho docente.** São Paulo: Cortez, 2004.

MANCEBO, Deise. **Reforma Universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 845-866, Especial - Out. 2004 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em fevereiro de 2007.

MICHELOTTO, Renia Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula.** Educar, Curitiba, v. 28, p. 179-195, 2006.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. **Acesso, Expansão e Equidade na Educação Superior: novos desafios para a política educacional brasileira.** Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan-jun. 2007, p. 124 - 157.

SILVA, Camila Croso; GONZALEZ, Marina; BRUGIER, Yana Scavone. **OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina.** Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais. In: HADDAD, Sérgio (org). *O impacto nas políticas educacionais.* São Paulo: Cortez, 2008. P. 87 - 143.

SOUZA, Donaldo Bello de. **A Escola como Empresa: sinonímia do pragmatismo e tecnicismo.** In: QUARTIERO, Elisa Maria; BIANCHETTI, Lucídio.

Educação Corporativa - Mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. Perdizes - SP: Cortez Editora, 2005. P. 217 - 245.

VIANA, Nildo. **A Construção das Políticas Públicas.** Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos914/constitucao-politicas-publicas/constitucao-politicas-publicas2.shtml>. Acesso em agosto de 2008.